

ESPACIALIDADES E VIVÊNCIAS JUVENIS NA PERIFERIA: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS DO NAVEGANTES NO RIO GRANDE – RS

Leonardo Da Silva Greque Júnior¹

Juliana Cristina Franz²

RESUMO

Este estudo aborda as vivências juvenis no bairro Navegantes, Rio Grande – RS, por meio de uma análise qualitativa e das técnicas de Cartografia Social e consulta de fontes secundárias. Investiga-se como jovens de contextos socioeconômicos menos privilegiados se relacionam com o espaço urbano, explorando práticas espaciais de lazer, trabalho e educação. Os dados indicam que o Navegantes é central nas experiências dos jovens, configurando-se como um espaço de socialização e resistência cultural. Ao mesmo tempo, questões como precarização do trabalho, violência urbana e discriminação são desafios enfrentados cotidianamente. A pesquisa destaca que, embora à margem da sociedade, os jovens do Navegantes produzem os espaços onde vivem, com dinâmicas sociais próprias. A técnica de cartografia social possibilitou compreender essas práticas espaciais e concedeu protagonismo aos jovens para mapear suas experiências. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos e agentes na produção do espaço urbano, promovendo a cidadania plena. Assim, reforça-se a importância de um diálogo contínuo entre juventudes e Estado, considerando as pluralidades das juventudes e suas demandas específicas. Compreender as vivências desses jovens é essencial para construir cidades mais justas e igualitárias.

Palavras-Chave: Juventudes; Vivências Juvenis; Espaço Urbano; Cartografia Social.

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, os jovens frequentemente são vistos como rebeldes, e aqueles que vivem em realidades menos favorecidas tendem a ser representados como desafiadores da “ordem social”. Nesse sentido, torna-se relevante refletir sobre as experiências das juventudes que residem em bairros de contexto urbano economicamente desfavorecido. Desde o nascimento, esses sujeitos enfrentam privações materiais, têm seus direitos constitucionais e sociais recorrentemente negligenciados e são estigmatizados e marginalizados por não compartilharem das mesmas referências culturais e espaciais de grupos hegemônicos inseridos em contextos socioeconômicos mais prósperos.

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

² Professora do curso de Geografia e no Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Para Oliveira (2020), compreende-se que os jovens escolares participantes de sua pesquisa percebem a cidade, em suas múltiplas escalas, como espaço de desejo e ansiedade por experimentação. As juventudes, independentemente de sua condição socioeconômica, se apropriam da cidade e a utilizam, ora de forma convergente, ora de modo divergente, reafirmando, assim, a diversidade tanto das experiências quanto das possibilidades que atravessam as vivências urbanas juvenis. Nesse sentido, Cassab (2009) também aponta que a dimensão espacial é constitutiva da experiência de cidadania plena, posicionando as relações estabelecidas na cidade como condição que influencia a vida dos jovens urbanos, o que nos orienta a pensar as múltiplas dimensões espaciais da juventude.

Assim, o processo de perifização, criminalização, estigmatização e discriminação é um pretexto usado pelos agentes hegemônicos para o exercício da dominação e controle dos jovens de menor poder aquisitivo (Carlos, 2004; Gamalho, 2015). Os jovens oriundos das periferias têm suas práticas espaciais cerceadas nas espacialidades que não foram pensadas para eles, como as áreas centrais e espaços públicos. No entanto, esses jovens, mesmo às margens da sociedade, produzem e reproduzem ativamente o espaço onde experienciam o cotidiano, a partir de referências culturais e práticas socioespaciais distintas dos sujeitos de outros contextos, particularmente daqueles mais favorecidos socioeconomicamente e que usufruem de maior acesso aos espaços centrais e equipamentos públicos.

Dayrell (2003) compreende que é nesta fase de suas vidas que os jovens estão saindo da heteronomia familiar em busca de suas autonomias, e neste movimento, Sposito (1994) afirma que novas instituições socializadoras surgem, como o caso das ruas. Além da necessidade de compreendermos os jovens como sujeitos de direitos, temos, como sociedade e de acordo com diversas legislações que estabelecem os direitos desses jovens (BRASIL, 1988, 2013), a responsabilidade de possibilitar uma experiência plena de cidadania. Dessa maneira, a investigação sobre como os jovens vivenciam espacialmente a cidade em que moram nos permite apreender suas experiências juvenis e compreender como, nesse processo dialógico, eles se constituem em termos de suas subjetividades, ao mesmo tempo que reproduzem os espaços em que vivem cotidianamente.

Paralelamente, em diferentes tempos e em distintas escalas, outros processos ocorrem, de forma a influenciar a vida dos sujeitos jovens na escala local. Esses processos materializam-se nas cidades que conhecemos hoje, sendo também observados na cidade do Rio Grande – RS. No início do século XX, instalam-se novos empreendimentos econômicos, que se associam às atividades portuárias pré-existentes, como o caso da inauguração da Refinaria de Petróleo Ipiranga em 1937 e de outras indústrias neste mesmo período (Martins, 2022), resultando na expansão urbana e na constituição do bairro do Navegantes, alvo da presente investigação.

As diferentes realidades em que os jovens estão inseridos possibilitam distintas relações com os espaços da cidade. Contudo, precisamos entendê-los como sujeitos plurais, com diferentes modos de ser e de existir. Esses jovens, que herdaram as materialidades da desigualdade que constitui as sociedades capitalistas, encontram dentro de seus contextos e realidades formas de (re)existir às ações capitalistas que tentam homogeneizá-los e criminalizá-los, por possuírem características culturais diferentes daqueles que vivem nas centralidades urbanas, ou seja, por não viverem dentro do padrão cultural das classes dominantes. Em vista disso, este artigo tem como objetivo compreender, a partir da cartografia social, as espacialidades dos jovens moradores do Navegantes na cidade do Rio Grande – RS.

2. METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos os pressupostos e os caminhos metodológicos adotados para a realização do presente artigo, tendo em vista o objetivo proposto. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que, conforme Lima e Moreira (2015), possibilita compreender de forma complexa e aprofundada as dimensões subjetivas da vida humana. Para tanto, foram articuladas discussões teóricas, consulta a fontes secundárias e aplicação da técnica de Cartografia Social (CS), que permitiu representar e interpretar, de forma participativa, as práticas socioespaciais dos sujeitos investigados.

Inicialmente, realizamos uma investigação preliminar fundamentada em referenciais teóricos que abordam juventude, práticas espaciais e produção do urbano, os quais orientaram a delimitação conceitual do estudo. Em seguida, recorreremos a

fontes secundárias, especialmente os dados do Censo de 2022 do IBGE (2023) e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Essas informações foram organizadas de modo a favorecer a interpretação dos resultados e possibilitar a realização de inferências qualitativas acerca do espaço investigado.

Na sequência, buscando aproximar-nos das experiências dos jovens, utilizamos a técnica da Cartografia Social. De acordo com Lima e Costa (2012), essa metodologia possibilita compreender as percepções e concepções dos sujeitos sobre determinado tema, mediadas por um facilitador que garante o equilíbrio das falas e o foco nas discussões. A utilização da Cartografia Social permitiu valorizar os entendimentos dos jovens participantes e compreender como suas vivências espaciais se expressam no cotidiano da cidade.

Participaram da pesquisa 10 jovens, com idades entre 18 e 26 anos, residentes no bairro Navegantes e que tivessem frequentado escolas públicas da região. A seleção foi realizada por convite aberto junto à comunidade escolar e associações locais, garantindo diversidade de participantes. A Cartografia Social foi mediada por um facilitador, buscando equilibrar as falas e garantir espaço para que todos os participantes se expressassem.

O processo foi conduzido em três etapas: (i) mapeamento coletivo, no qual os jovens desenharam os espaços significativos de sociabilidade, lazer, trabalho e circulação; (ii) debate em grupo, para interpretação das espacialidades e identificação de conflitos; e (iii) sistematização dos resultados, consolidando os mapas e as falas em um documento-síntese que embasou a análise.

A Cartografia Social nos permitiu investigar as práticas espaciais dos jovens nas distintas dimensões da vida, respondendo ao nosso objetivo de pesquisa. Nesse sentido, a utilização da técnica da Cartografia Social nos possibilitou entender como esses jovens experienciam suas vidas e como se espacializam na cidade. Embora a CS seja uma técnica amplamente utilizada nas investigações geográficas, o reconhecimento e a valorização dessa técnica são um movimento recente, surgido após a década de 1970, que ganhou força e expressão a partir de 1990. Tensionando a cartografia mais cartesiana, a CS caracteriza-se por um pluralismo metodológico em que não há unanimidade, mas sim diferentes interpretações da técnica.

Para Faria (2020, p. 261), “a cartografia social tem se concebido como uma importante metodologia participativa para o comprometimento e a execução do papel político e social de comunidades tradicionais e grupos sociais fragilizados social e economicamente.” Dessa forma, a utilização da Cartografia Social mostrou-se um caminho para apreender as práticas espaciais dos jovens moradores do bairro Navegantes em diferentes dimensões de suas vidas. Essa abordagem permitiu valorizar as percepções dos sujeitos consultados e revelar como constroem e vivenciam o espaço urbano. Os resultados desse processo são apresentados e discutidos na seção seguinte.

3. ESPAÇO URBANO E PRÁTICAS JUVENIS NA PERIFERIA DE RIO GRANDE

O arcabouço intelectual contemporâneo a respeito da Geografia das Juventudes aguça-nos a pensar criticamente a necessidade de entender as juventudes, afastando-nos de uma visão adultocêntrica que invisibiliza e hierarquiza a forma como os sujeitos vivem as suas juventudes — ou deixam de vivê-las —, ao mesmo tempo em que questiona a racionalidade imposta pelo sistema globalizado. Groppo (2004, p. 43) compreende que “a juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres”, assim, as definições de juventude são socialmente variáveis, abarcando distintas denotações dos sujeitos ao longo do tempo, das condições culturais, materiais e espaciais em que os jovens estão inseridos (Greque Junior, 2022).

Nesse sentido, Carlos (2004, p.7) argumenta, “[...] o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela enquanto condição, meio e produto da ação humana - pelo uso-, ao longo do tempo”. Assim, pensar as dinâmicas em que estamos inseridos coloca-se como uma via para propor uma realidade diferente para todos nós, permitindo-nos experienciar de forma digna nossas vidas. Então, pensar o espaço é pensar os sujeitos como agentes produtores do espaço, logo, os jovens moradores do Navegantes são produtores dos espaços que experienciam, como afirma Gamalho (2015, p.110), “ao revelar a constituição desses sujeitos a partir de suas práticas, vislumbra-se o urbano das diferenças, mas também das opressões”. Os sujeitos de menor poder aquisitivo

convivem sob uma sistemática marginalização e criminalização, que cerceia seus acessos aos espaços públicos (Cassab, 2023), o que coloca a iminente necessidade de pensar a relação dos jovens com seus espaços, para, a partir disso, compreender os sujeitos jovens do bairro Navegantes de Rio Grande-RS.

Nas sociedades capitalistas, as possibilidades socioeconômicas e as condições espaciais são preponderantes para pensarmos o que significa ser jovem na contemporaneidade. A transformação das relações sociais e dos marcos sociais afasta, cada vez mais, o pensar nas juventudes apenas pelas faixas etárias que os sujeitos vivem, aquilo que se veiculava como marcos de transição da vida juvenil em direção à vida adulta não pode mais ser compreendido como único elemento constituidor da categoria juventude. Dessa forma, cabe considerar outros elementos que constituem e condicionam os sujeitos a realizarem suas vidas de determinada forma, como as questões espaciais, que se apresentam como essenciais para a Ciência Geográfica. Nesse sentido, de acordo com um dos precursores deste subcampo de pesquisa, a Geografia das Juventudes, Turra Neto (2008, p.435-436) aponta que

[...] não é suficiente identificar os grupos juvenis que emergem em um bairro periférico, ou numa situação central na cidade, é preciso entender as trajetórias juvenis como trajetórias ao mesmo tempo históricas (de vida) e geográficas, em que conexões e desconexões são constantemente produzidas, organizando um aqui e agora a cada passo.

Ainda conforme o autor, os estudos sobre as juventudes necessitam da Geografia que leve em consideração a relação espaço-tempo e se proponha a pensar as espacialidades humanas, vislumbrando um rigor conceitual ao investigar as espacialidades das juventudes.

Dessa forma, na perspectiva geográfica, somos desafiados a pensar a juventude dentro da trama social embebida na materialidade que as permeia, relacionando-a com as espacialidades em que se realizam como sujeitos sociais, constituem suas subjetividades e constroem suas identidades. Para tanto, as possibilidades analíticas são múltiplas, permitindo que as leituras geográficas se façam pela perspectiva de territórios, lugares ou espacialidades, sempre buscando no horizonte a relação que a classe dos sujeitos jovens estabelece com o espaço geográfico (Oliveira, 2023).

Ao analisar jovens de origem popular, Simão (2016) evidencia que suas subjetividades são moldadas pelas desigualdades que vivenciam cotidianamente. A

sociedade, ao hierarquizar hábitos, comportamentos e expressões culturais, posiciona negativamente os referenciais que marcam suas identidades. Como destaca o autor, a vestimenta desses jovens é alvo de censura, sua música é julgada como vulgar, sua linguagem é ridicularizada e seus corpos são tratados como estranhos, indesejados no espaço urbano. Nesse contexto, as práticas de lazer revelam-se como importantes indicativos das condições sociais às quais determinados grupos juvenis estão submetidos.

Em Oliveira (2020), compreendemos que os jovens escolares participantes de sua pesquisa percebem na cidade, em suas múltiplas escalas, um espaço de desejo e de experimentação. As juventudes, independentemente da condição socioeconômica, apropriam-se e se espacializam nos espaços urbanos, ora convergindo, ora divergindo dos sujeitos hegemônicos que estabelecem as normas e valores sociais considerados desejáveis. Contudo, tais referências muitas vezes se configuram como um horizonte, uma utopia regulatória que orienta e guia, mas que não se mostra plenamente alcançável, dadas as profundas diferenças que constituem os sujeitos. Essa tensão reafirma a diversidade tanto das experiências quanto das possibilidades que marcam as vivências juvenis na cidade.

Lefebvre (2000) apresenta a ideia de que o espaço deve ser compreendido em seu par dialético: espaço e sociedade. Para o autor, o espaço é simultaneamente produto das relações sociais e produtor da própria sociedade. Nessa perspectiva, Cassab (2009) afirma que a possibilidade de apropriação espacial das cidades constitui um elemento fundamental para a experiência plena da cidadania juvenil, evidenciando que as relações que os jovens urbanos estabelecem com a cidade atuam, ao mesmo tempo, como condição e condicionante de suas vivências, orientando a reflexão sobre as múltiplas dimensões espaciais da vida juvenil.

Pensar as juventudes e as experiências dos sujeitos é pensar suas espacialidades, uma vez que as práticas dos jovens são condicionadas pelas possibilidades espaciais às quais têm acesso, que, por sua vez, conduzem as formas como irão se apropriar e vivenciar determinada dimensão de suas vidas na cidade. Para Turra Neto (2008),

[...] a consideração da dimensão espacial, em seus vários aspectos (como contexto espacial de origem dos grupos juvenis; como território resultado da vivência juvenil na cidade; como circulação pelo espaço urbano; como transição da casa para a rua) permite um tratamento mais

aprofundado da multiplicidade da condição juvenil contemporânea (p.435).

Assim, as diversas relações que os jovens estabelecem com seus pares e com os espaços revelam elementos que permitem compreender as distintas dinâmicas presentes no uso e na apropriação da cidade. Cassab (2009) aponta, em seus estudos, que a desigualdade à qual alguns jovens estão sujeitos se expressa nas dimensões espaciais de suas vidas. Em suas palavras,

[...] sua condição de desigual corrobora para que tenham acesso restrito à cidade e, conseqüentemente [sic], limitados usos da mesma. O que significa afirmar que as condições de desigualdade aos quais estão sujeitos impõem, em grande medida, distinções espaciais. Ou seja, há na cidade os espaços onde esses jovens devem e podem estar e outros onde eles devem ser impedidos de circular. A distinção aqui é tratada, por tanto, a partir da dimensão espacial. É a distinção espacial, relacionada a seus bairros de moradia, um dos muitos elementos produtores dos estigmas e da invisibilidade impostas a esses jovens. É essa situação que torna esses jovens distintos (Cassab, 2009, p.150).

Tal situação nos permite questionar algumas estruturas, conjunturas e intenções que se manifestam e acessam os sujeitos de forma desigual, por meio de uma lógica de hierarquização e controle. Dessa forma, nesta relação, não se observa a efetivação de uma experiência plena de cidadania, pois, segundo Cassab (2009, p. 211), a dimensão espacial é um elemento constituinte da cidadania, já que o cidadão é o sujeito “capaz de usufruir da cidade numa perspectiva de apropriação e não como seu usuário e consumidor. Essa é uma das faces espaciais da cidadania.”

Assim, nas subseções a seguir, abordaremos os distintos elementos que constituem a vida pública das juventudes, identificando como estes podem constituir as experiências espaciais de uma vivência cidadã juvenil na cidade.

No município do Rio Grande – RS, de acordo com os dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2023), residem 191.900 pessoas, sendo que a população jovem, entre 15 e 29 anos de idade, corresponde a 21,02% do total, destes, 50,29% são mulheres e 49,71% homens. No entanto, um dado bastante alarmante se destaca: os jovens, que representam 1/5 da população total, correspondem a mais da metade dos homicídios dolosos do município, de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública (Rio Grande Do Sul, 2023). Dos 87 homicídios dolosos que ocorreram no ano de 2022, 54,02% foram cometidos contra as vidas de jovens de até 29 anos de idade, indicando a necessidade da atenção pública à

segurança da população juvenil e estabelecendo a iminência de promover escutas aos jovens, para, a partir de suas próprias reflexões, indicar e pensar outras possibilidades de experiências, em especial para as juventudes de contexto urbano menos privilegiado.

Entretanto, as experiências dos jovens do município não se resumem a tal fato. Dessa forma, a utilização da técnica de Cartografia Social possibilitou a promoção da escuta e do protagonismo dos jovens quanto à elaboração de mapas que representassem suas espacialidades. Para tanto, buscamos entender as suas práticas espaciais dentre as dimensões da vida espacial, como lazer, trabalho e estudo. Carlos (2004) afirma que a compreensão do espaço nos direciona aos agentes, ou seja, a partir das práticas socioespaciais engendradas em determinada porção do espaço, podemos compreender como este é produzido.

Nessa direção, as reflexões sobre as práticas dos agentes se cristalizam na dimensão do vivido, nas práticas cotidianas das pessoas. Assim, nas sociedades capitalistas, as cidades e o urbano surgem mediados pelos meios de produção, nos mobilizando a pensar as formas como os sujeitos experienciam as cidades e quais são suas vivências e práticas espaciais (Carlos, 2004). Dessa forma, ao discutir a cidade, Carlos (2004, p.7) salienta as práticas socioespaciais como o “[...] modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação.” Então, à medida que as sociedades produzem o espaço, elas se apropriam dele e o dominam, mas não o produzem de mesma forma, visto que as sociedades capitalistas se constituem de forma desigual.

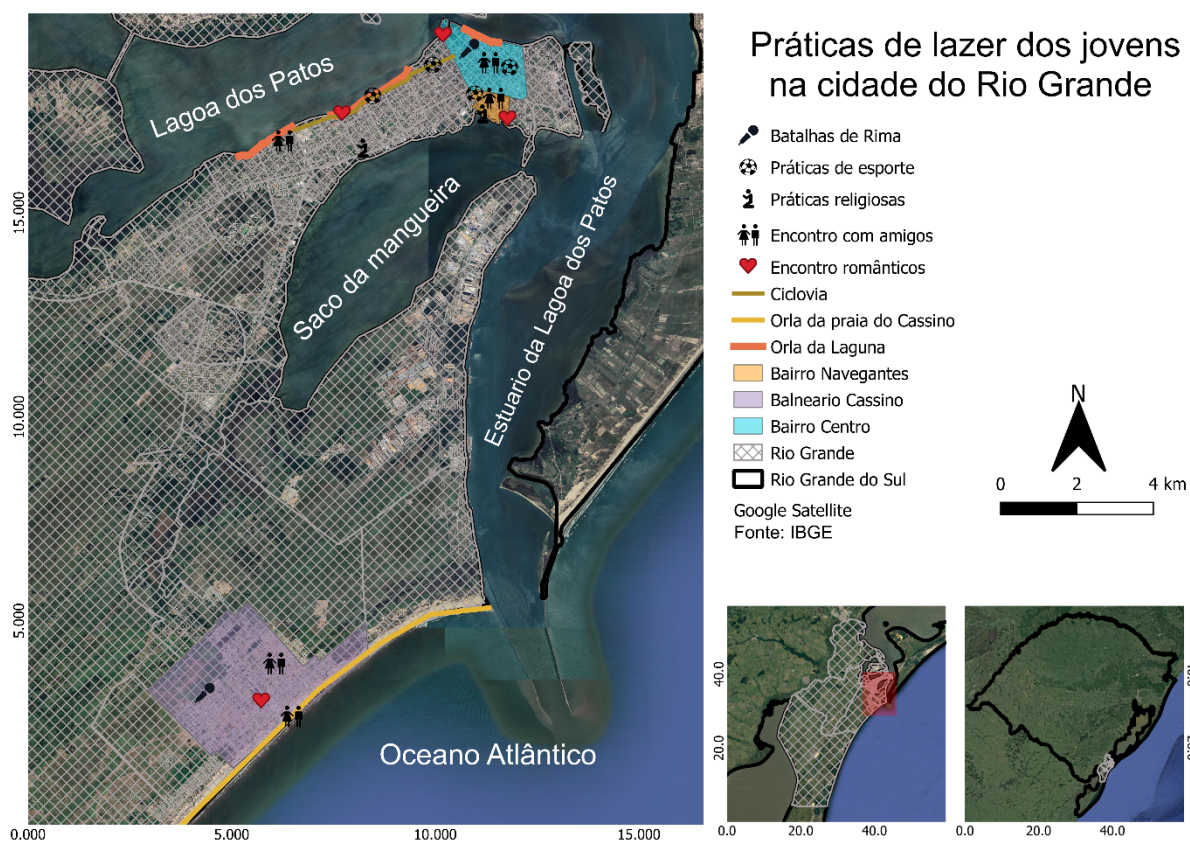
Nesse sentido, os jovens, assim como todos os sujeitos que compõem a sociedade em que vivemos, estão constituindo-se ao mesmo tempo em que vivenciam determinado período de suas vidas. No entanto, neste processo, os sujeitos não apenas se produzem em termos de suas subjetividades, mas produzem e reproduzem os espaços nos quais estão inseridos, a partir de suas práticas e da forma como se apropriam deles. Assim, pensar as juventudes é também pensar suas práticas e relações espaciais, pois, como afirma Gamalho (2015, p. 109), “através de suas práticas, experiências e processos representacionais, os sujeitos são produtores ativos do espaço.”

Dessa forma, utilizando a técnica da cartografia social foi possível compreender as espacialidades da cidade em que os jovens se apropriam e em quais momentos de

suas vidas experienciam esses espaços. Logo, no emprego da técnica, compreendemos que, para todos os participantes da pesquisa, o bairro onde moram, o Navegantes, mostrou-se como uma dimensão significativa de suas experiências juvenis.

O bairro apresenta características espaciais próprias. Embora esteja localizado próximo à centralidade urbana, reúne elementos que o aproximam de uma periferia social, distinguindo-se, contudo, das periferias espaciais situadas nas margens de outras cidades brasileiras. Como mostra a Figura 1, o município do Rio Grande – RS mantém uma profunda relação com os ecossistemas aquáticos, situando-se em uma zona de confluência entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. Esses espaços costeiros estruturam parte significativa das experiências juvenis, com destaque para a orla da laguna e o Balneário Cassino, que se configuram como espaços de sociabilidade e lazer.

Figura 1 – Práticas espaciais dos/das jovens na cidade do Rio Grande – RS.



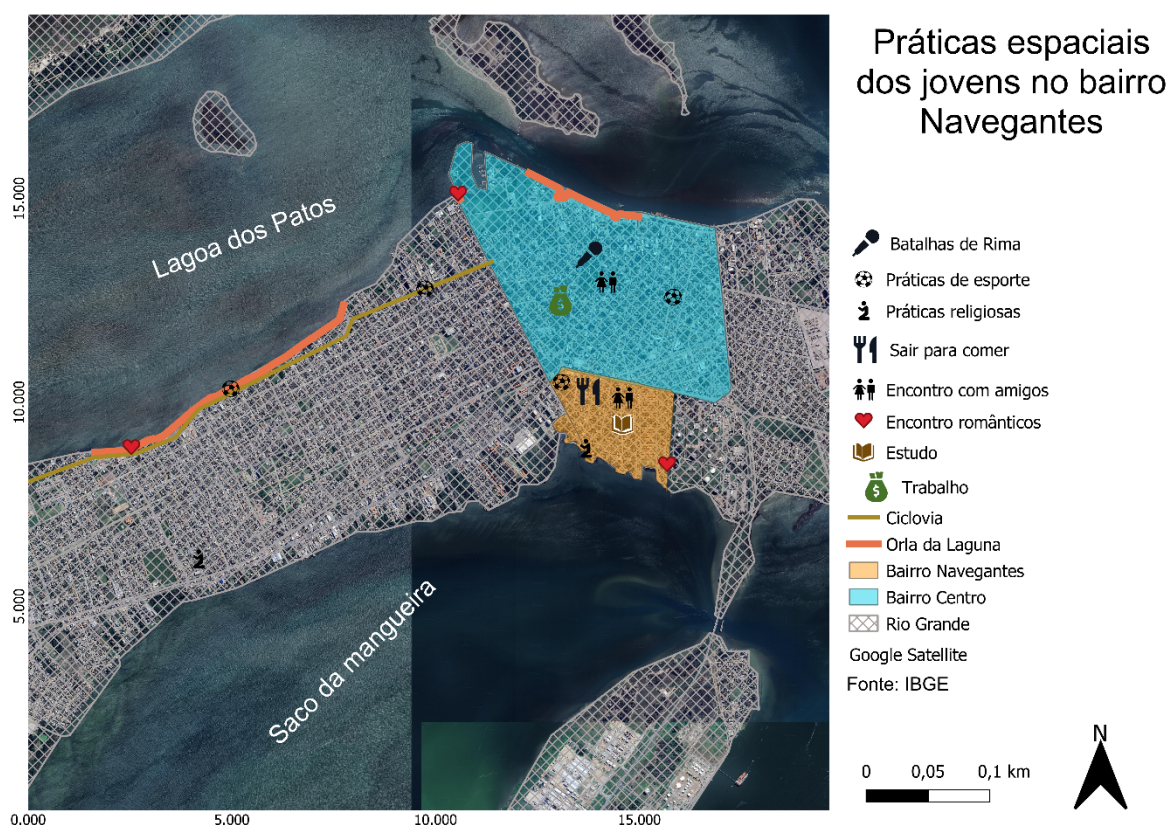
Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

Para contribuir com o entendimento das complexas relações entre juventude, espaço urbano e práticas de lazer, autores como Benner *et al.* (2008) apontam que é “[...] nos tempos livres e nos momentos de lazer que os jovens constroem suas próprias

normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser”, experienciando a liberdade por não estarem sob supervisão dos adultos e por estarem entre seus pares, o que possibilita a constituição de suas subjetividades coletivas. No entanto, diversos fatores influenciam na forma como os jovens realizam suas práticas espaciais, promovendo culturas de lazer e do tempo livre desiguais entre os sujeitos.

Os jovens destacam que as práticas de lazer são frequentemente realizadas no Navegantes, assim como em outras espacialidades. Como é possível observar na Figura 2, entre as atividades que frequentemente ocorrem no bairro estão os momentos de socialização com seus amigos, eventos como batalhas de rimas e a prática religiosa – dentre os participantes da pesquisa, apenas as religiões de matriz africana foram apontadas.

Figura 2 – Práticas espaciais dos jovens no bairro Navegantes.



Fonte: Adaptado de IBGE (2023).

Simão (2016), ao investigar os jovens de camadas menos privilegiadas economicamente, afirma que estes constroem suas subjetividades influenciados pela desigualdade que vivenciam, uma vez que a sociedade hierarquizou hábitos,

comportamentos e culturas, colocando os referenciais aos quais eles se constituem em um viés negativo. Nas palavras do autor, “sua roupa está sob alvo da censura, sua música revela-se como vulgar ou animal, sua linguagem é condenada e satirizada. É um corpo estranho que se tenta anular do cenário urbano, que se pretende não estar no espaço da cidade” (Simão, 2016, p.12). Logo, as práticas de lazer podem indicar elementos que permitam-nos compreender a situação em que determinados grupos de jovens vivem.

Além das atividades de lazer realizadas no bairro Navegantes, os jovens relataram ter cursado a educação básica em escolas da própria localidade investigada. Nesse contexto, ao analisar a dimensão educacional, particularmente a educação pública formal, condição comum aos jovens consultados, observa-se uma resposta às demandas mercadológicas.

Todavia, a formação educacional não se restringe ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvido no interior das instituições escolares. Como destacam Dayrell (2007) e Sposito (1994), a educação também ocorre em espaços informais, a partir de experiências vivenciadas em diferentes instituições sociais e nas relações estabelecidas entre pares, como nas ruas das cidades e dos bairros em que moram. Dessa forma, a educação deve ser compreendida como um processo formativo mais amplo, que ultrapassa os limites da escola e promove o desenvolvimento de habilidades sociais e políticas, favorecendo a constituição de sujeitos críticos, conscientes e autônomos em suas decisões e, ao mesmo tempo, influenciando a maneira como esses jovens produzem e ocupam os espaços urbanos.

Nesse sentido, as práticas espaciais dos jovens não se restringem ao bairro. Eles traçam no mapa que grande parte das suas atividades cotidianas ocorre em espacialidades de outros bairros. As atividades de socialização com amigos, parceiros românticos e realização de esportes ocorrem nas orlas da costa rio-grandina, tanto da laguna quanto do balneário Cassino. Os eventos artísticos como as batalhas de rima também são realizados em outros bairros da cidade como no Centro e no Cassino (Figura 1).

No que diz respeito ao trabalho dos jovens, estes localizam-se majoritariamente no Centro da cidade, preferindo-o em detrimento de outros espaços pela facilidade no deslocamento e concentração da demanda de emprego. Porém, nem todos os jovens consultados estavam trabalhando, embora os que se encontravam desempregados

estivessem em busca de um emprego. Essa situação nos leva a refletir sobre a dimensão do trabalho nas experiências de juventudes, que não se realiza da mesma forma para todos os sujeitos. Como apontam Margulis e Urresti (2022), os jovens das camadas privilegiadas das sociedades, geralmente, gozam de um período de moratória social, que seria um adiamento à assunção das responsabilidades esperadas dos adultos como o início de uma rotina de trabalho, saída da casa dos pais e construção de novos vínculos familiares. Situação que não é experienciada pelos jovens das camadas de menor poder aquisitivo, uma vez que a forte influência das conjunturas capitalistas age na precarização do emprego e do acesso à renda, fazendo com que os jovens mais pobres precisem ingressar, prematuramente, no sistema produtivo como força de trabalho.

Assim, para as populações jovens socioeconomicamente vulneráveis, o trabalho e o acesso à renda colocam-se como condição para a vivência de suas juventudes (Dayrell, 2007), indicando a importância da promoção de ações por parte do Estado que garantam experiências dignas na realização de tais atividades. Nesse sentido, salientamos, mais uma vez, que as políticas públicas devem seguir o princípio do diálogo para suprir as necessidades da população, e não exclusivamente priorizar as demandas do mercado, como é defendido pelas agendas neoliberais. Uma vez estabelecida a vacância da administração pública nos anseios sociais, o mercado se mobiliza para capitalizar os modos de vida não mercantis (Harvey, 2012), suprimindo suas próprias necessidades, por meio de uma “falsa narrativa” de benevolência e solução mágica, como é o caso do discurso empreendedor que aparece como recurso para conformar um mundo do trabalho precário e de poucas oportunidades para os mais jovens.

Ainda foi solicitado que os jovens apontassem os espaços que mais gostam da cidade e os que menos gostam. Eles identificaram que os locais favoritos são a orla da laguna e o Balneário Cassino, enquanto o espaço preterido foi apontado, de forma unânime, como uma rua do próprio bairro Navegantes, justificando suas respostas pela alta presença de usuários de drogas e a percepção de abandono a algumas crianças que residem ali.

As reflexões apresentadas ao longo desta seção permitem compreender que as juventudes não podem ser analisadas apenas a partir de recortes etários ou de um olhar universalizante. Como apontam Turra Neto (2008) e Cassab (2009), é preciso considerar a dimensão espacial das práticas juvenis e os modos como o espaço urbano atua, ao

mesmo tempo, como condição e condicionante de suas experiências. As desigualdades, como evidencia Simão (2016), atravessam as formas de ser jovem e delimitam tanto as possibilidades de apropriação quanto os estigmas que lhes são impostos no cotidiano.

Dessa forma, pensar os jovens do bairro Navegantes implica reconhecê-los como sujeitos sociais que, nas interações estabelecidas em múltiplas espacialidades, produzem e ressignificam a cidade. Como reforça Oliveira (2023), trata-se de compreender a juventude a partir de sua materialidade e de suas identidades em constante construção, situando suas práticas em relação às condições sociais e políticas que as atravessam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação evidenciou que os jovens do bairro Navegantes, em Rio Grande (RS), produzem e reproduzem o espaço urbano a partir de suas práticas socioespaciais, mesmo em um contexto de restrições de acesso às áreas centrais e de carência de equipamentos públicos. As experiências mapeadas revelaram a importância dos espaços costeiros — como a orla da Laguna dos Patos e o Balneário Cassino — como espacialidades de sociabilidade, lazer e pertencimento. Tais resultados reforçam que a juventude, ainda que situada em uma periferia social, é agente ativa na produção da cidade, confirmando a perspectiva de Lefebvre (2000) de que o espaço é resultado e condição das relações sociais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para ampliar o diálogo entre Geografia Urbana e Geografia das Juventudes, ao articular conceitos como produção do espaço, apropriação e cidadania às práticas juvenis. Também evidencia a relevância da Cartografia Social como ferramenta metodológica participativa, capaz de tornar visíveis as espacialidades juvenis e de valorizar suas narrativas no processo de pesquisa.

Do ponto de vista prático, os achados apontam para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e integrem os espaços vividos pelos jovens ao planejamento urbano, especialmente no que se refere à oferta de espaços de lazer, mobilidade segura e acesso a equipamentos culturais. Tais medidas são fundamentais para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva.

Cabe destacar que o estudo apresenta limitações, uma vez que concentrou-se em um único bairro e em um recorte específico de juventudes, o que restringe a generalização dos resultados. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo para outros bairros e cidades, comparando diferentes contextos socioespaciais e aprofundando o diálogo com temas como violência urbana, gênero e raça.

Por fim, este trabalho reforça a importância de se compreender as juventudes como sujeitos de direito e de se reconhecer suas práticas espaciais como elemento constitutivo da vida urbana. Ao dar visibilidade às espacialidades juvenis, contribui-se para a construção de políticas e de um urbanismo que promova não apenas inclusão, mas também justiça social e direito à cidade.

5. REFERÊNCIAS

BENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASSAB, C. **(Re) Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 228. 2009.

CASAAB, C. Pensando juventudes e cidade a partir da experiência de jovens cotistas. In: OLIVEIRA, V. H. N. **Geografia das juventudes**. Porto Alegre - RS: GEPJUVE, 2023. ISBN 978-650066189-7.

DAYRELL, J. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. especial, p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set. out. nov 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FARIA, A. P. Reflexões sobre cartografia social: comunidades tradicionais na luta por direitos e valorização. In: FÓRUM NACIONAL NEPEG, 10., 2020, Goiânia. **Anais...** Goiânia: NEPEG, 2020. p. 261-269. Disponível em: https://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/1-201078-REFLEX%C3%95ES-SOBRE-CARTOGRAFIA-SOCIAL_formatado.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

GAMALHO, N. P. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias**: práticas e espaços de representação de jovens do Guajuviras - Canoas/RS. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 314. 2015.

GREQUE JUNIOR, L. S. **VIVÊNCIAS DE JUVENTUDES EM PERIFERIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS**: OS JOVENS DA ESCOLA ESTADUAL BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES. Orientador: Dr. Cristiano Quaresma de Paula. 2022. 64 f. Monografia (Graduação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG, Rio Grande - RS, 2022.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629/568>. Acesso em: 02 dez. 2024.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LIMA, M. D. S. B.; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.

LIMA, M. V. C.; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, v. 12, p. 76-113, 2012.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: PRATES, D. M. A. et al, (org.). **JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS**: JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO. Porto Alegre - RS: CirKula, 2022. v. 2, p. 27-48.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990) [Recurso Eletrônico]. 2. ed. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2022. 232 p.

OLIVEIRA, V. H. N. **Jovens olhares sobre a cidade**: lugares e territórios urbanos de estudantes porto-alegrenses. 2020. 213 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2020.

OLIVEIRA, V. H. N (org.). **Geografias das Juventudes**. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretária da Segurança Pública (RS)**. Indicadores Criminais. Porto Alegre - RS, 2023. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 7 abr. 2023.

SIMÃO, M. P. JOVENS E FAVELAS: EM BUSCA DE VISIBILIDADE POLÍTICA. **Ensaios de Geografia**, v. 4, n. 8, p. 7-27, 10 jan. 2016.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 161-178, 1994.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 533 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp), Presidente Prudente - SP, 2008.

ESPACIALIDADES Y EXPERIENCIAS JUVENILES EN LA REGIÓN PERIFÉRICA: UN ESTUDIO SOBRE JÓVENES DE NAVEGANTES EN RIO GRANDE – RS

RESUMEN

Este estudio aborda las vivencias juveniles en el barrio Navegantes, Rio Grande – RS, mediante un análisis cualitativo y el uso de técnicas de Cartografía Social y consulta de fuentes secundarias. Se investiga cómo los jóvenes de contextos socioeconómicos menos privilegiados se relacionan con el espacio urbano, explorando prácticas espaciales relacionadas con el ocio, el trabajo y la educación. Los datos indican que Navegantes es central en las experiencias de los jóvenes, configurándose como un espacio de socialización y resistencia cultural. Al mismo tiempo, cuestiones como la precarización laboral, la violencia urbana y la discriminación son desafíos que enfrentan cotidianamente. La investigación destaca que, aunque situados en los márgenes de la sociedad, los jóvenes de Navegantes producen los espacios donde viven, creando dinámicas sociales propias. La técnica de cartografía social permitió comprender estas prácticas espaciales y otorgó protagonismo a los jóvenes para mapear sus experiencias. El estudio señala la necesidad de políticas públicas que reconozcan a los jóvenes como sujetos de derechos y agentes en la producción del espacio urbano, promoviendo una ciudadanía plena. Así, se refuerza la importancia de un diálogo continuo entre las juventudes y el Estado, considerando sus pluralidades y demandas específicas. Comprender estas vivencias es esencial para construir ciudades más justas e inclusivas.

Palabras-Clave: Juventudes; Experiencias Juveniles; Cartografía Social.

SPATIALITIES AND YOUTH EXPERIENCES IN THE PERIPHERAL REGION: A STUDY ON YOUNG PEOPLE FROM NAVEGANTES IN RIO GRANDE – RS

ABSTRACT

This study examines the experiences of young people in the Navegantes neighborhood, Rio Grande – RS, through a qualitative analysis, social cartography techniques, and secondary data consultation. It explores how youth from socioeconomically disadvantaged backgrounds interact with urban spaces, focusing on spatial practices related to leisure, work, and education. The findings reveal that Navegantes holds a central place in the lives of these young individuals, serving as a space for socialization and cultural resistance. At the same time, challenges such as job insecurity, urban violence, and discrimination are part of their everyday struggles. The research highlights that, despite being on society's margins, the youth of Navegantes actively produce and shape the spaces they inhabit, creating unique social dynamics. Social cartography techniques facilitated understanding these spatial practices and empowered the youth to map their own experiences. The study underscores the need for public policies that recognize young people as rights-holders and active agents in urban space production, promoting full citizenship. It emphasizes the importance of ongoing dialogue between youth and the state, considering their diversity and specific demands. Understanding these experiences is crucial to building fairer and more inclusive cities.

Keywords: Youth; Youth Experiences; Social Cartography.

Enviado em: 25/07/2025

Aceito em: 22/09/2025